



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

*Discurso na cerimônia de assinatura do
Decreto de Homologação de Terras Indígenas*

PALÁCIO DA ALVORADA, BRASÍLIA, DF, 3 DE NOVEMBRO DE 1997

Dr. Iris Rezende; Senhores Ministros de Estado que aqui se encontram; Senhores Embaixadores de países amigos; Senhores Parlamentares; Senhor Presidente da Fundação Nacional do Índio, Dr. Sullivan Silvestre de Oliveira; Chefes indígenas que aqui se encontram; Senhores representantes de organismos internacionais; Senhoras e Senhores,

Na simplicidade deste encontro, até com algum simbolismo, nós não podemos oferecer aqui senão o Paranoá, mas de qualquer maneira podemos nos recordar do Xingu, do Araguaia, do Tocantins, do Rio do Negro, enfim, dos nossos imensos rios e das nossas áreas habitadas pelas comunidades indígenas. No simbolismo deste encontro tão singelo, eu creio que se demonstra algo que é importante para nós todos, brasileiros, quaisquer que sejam as nossas origens étnicas, tanto os indígenas como os não-indígenas.

O Brasil é um país que abriga pessoas de formação cultural diversa, de raças diversas, de comunidades diversas. O Brasil é isso. É precisamente essa multiplicidade, essa diferenciação e essa convivência entre nós. Essas palavras não podem ser entendidas, simplesmente, como

palavras que não tenham uma realidade palpável. Se nós reconhecemos que o que faz deste país, desta Nação brasileira, a sua força, a sua pujança, é a sua diversidade, nós temos que respeitar os direitos de cada uma das partes que contribuem para a formação do Brasil.

O esforço que tem sido feito, por gerações, para que pudéssemos, aqui no Brasil, reparar alguns dos enganos feitos no passado, quando populações inteiras foram dizimadas, é um esforço meritório. Eu, quando menino, conheci o Marechal Rondon. Ele morava, numa certa fase, no mesmo edifício onde morava minha avó, no Rio de Janeiro. Portanto, tenho admiração por ele até mesmo antes de ter consciência do porquê da minha admiração. Mais tarde, convivi com algumas das pessoas que mais têm batalhado pela questão das populações indígenas, e nomeio apenas uma que é o Darcy Ribeiro. Eu próprio fiz curso de antropologia. Até hoje, quando falo o nome das tribos indígenas, não uso o plural. É Pataxó, não é Pataxós, porque o plural de Pataxó não é Pataxós, na língua Pataxó. De modo que, para mim, isso tudo é uma realidade que me toca muito de perto, essa das nossas populações indígenas e por isso mesmo me custou caro, desde o início do Governo, demonstrar à sociedade, aos grupos indígenas e à sociedade inclusive, que o nosso objetivo era de assegurar a integridade do território indígena, o respeito ao território indígena, que só se faz com o respeito integral às leis.

Eu me reuni aqui, neste Palácio, com 20 ou 30 antropólogos – eu até hoje sou sócio da Associação Brasileira de Antropologia, da qual fui fundador –, para tentar convencê-los de que um decreto, assinado pelo Ministro Jobim, era o imperativo da nova ordem constitucional brasileira e que ele não visava desintegrar populações indígenas e, muito menos, permitir que houvesse um avanço nas terras legitimamente pertencentes aos indígenas mas, pelo contrário, visava dar a estabilidade jurídica necessária para que nós, efetivamente, pudéssemos garantir aos indígenas a incolumidade das suas terras e, por consequência, do seu modo de vida e da sua cultura.

Durante algum tempo, cada vez que eu viajava ao exterior, pessoas bem intencionadas mas desconhecedoras das realidades me vinham com manifestos contra, no pressuposto de que o que nós queríamos era

prejudicar os indígenas. Pois bem, quando se tem boa vontade, convicção e perseverança, acaba-se por demonstrar, realmente, qual é o objetivo da ação que se está empreendendo. Hoje, está claro. O Ministro Iris Rezende mostrou – e os chefes indígenas, que aqui falaram, concordaram – que, na verdade, existe uma preocupação nítida do Governo no sentido de assegurar os direitos dos indígenas, mais do isso, mostrou que nós trabalhamos com rapidez dentro das normas da democracia, que não permite atropelo. É preciso manter as regras constitucionais e a lei, mas é preciso que esse direito seja, realmente, exercido com o ânimo daqueles que o fizeram. Como membro da Assembléia Nacional Constituinte brasileira, como alguém que participou da elaboração da parte referente às terras indígenas na Constituição – ao lado de Fábio Feldemann, de Márcio Santilli, para lembrar só alguns nomes – eu tinha plena consciência do estava fazendo, pelo menos quanto ao propósito do que se estava fazendo. E, hoje, aqui estão, os dados são enfáticos.

Não se faz do dia para a noite demarcação de terra. Nem se cria um espírito de respeito às comunidades indígenas simplesmente pela vontade de um governo. Isso é a vontade do País, da sociedade. Tem história. E não convém nunca usurpar a História. Vem de longe, como eu já mencionei ao falar de Rondon. Vem de longe. Muitas tentativas, muitos avanços, alguns recuos, mas hoje o Brasil é um país que dispõe de uma ampla liberdade de opinião, de informação, de leis, e nada mais nos perdoará se nós não formos capazes de levar adiante aquilo que é o desejo expresso da Constituição, ditame da Constituição, e que é essencial para a continuidade das populações indígenas no respeito às suas culturas. Mais ainda, como disse o Ministro Iris também, ao fazê-lo nós agregamos um outro elemento, que é o elemento de respeito ao meio ambiente, de preservação da natureza, porque vêm juntos esses movimentos, como vêm juntos também das populações amazônicas – já que vejo pessoas ligadas à luta pelos seringueiros – que tudo isso faz parte de uma visão de como deve se desenvolver este país, com respeito a todas as suas peculiaridades.

Mais de 30% do que jamais foi feito no Brasil está sendo feito nessa pequena assinatura. O Ministro Iris disse que os de hoje – e virão mais

— já estão na linha de produção — mas só os de hoje correspondem, diz ele, a 3% do território nacional. O Brasil tem 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados. Três por cento dão, mais ou menos, 250 mil quilômetros quadrados — meia França, meia França. O Embaixador da França está aqui. Estou errado? Ou é por aí? Meia França. Nós estamos assinando decretos que asseguram a intangibilidade das terras indígenas, que correspondem à metade do território da França. E são 3% dos 11%. Não é nem dos 11%. Aos 3% se vão somar mais 8% do território nacional. E, em breves meses, assinaremos outros tantos, para mostrar, inequivocamente, que estamos avançando.

E, aqui, me apraz não apenas a possibilidade de estarmos estendendo as áreas de certas regiões, inclusive no Xingu, mas me apraz referir ainda pelo menos a dois fatos. Primeiro, que uma parte desse esforço tem sido apoiada pelos grupos de países do G7 — e aqui estão alguns dos representantes de alguns desses países. E há outros países mais que se encaminham nessa direção, porque têm a consciência da importância da preservação da natureza e também, quem sabe, de fazer-se aqui o que não foi feito em outras partes, que ainda há tempo de no Brasil nós atuarmos de uma maneira que nos permita garantir que essas terras indígenas, que, neste momento, vão favorecer a 15 mil indígenas, sejam mantidas da forma como nós desejamos.

Mas, além disso, além desse esforço dos outros países, que acho que é muito importante mencionar, eu creio também que é importante dizer que nós temos no Brasil duzentas e poucas etnias, 170 línguas, num total de 315 mil, 330 mil indígenas. Poderá soar a alguns que, diante dos 160 milhões de brasileiros, é um pinga d'água. Mas é uma água diferente, porque nós estamos aqui tocando aquilo que são, realmente, as raízes da própria Humanidade. Nós ainda dispomos de grupos indígenas, alguns deles de escassíssimos contatos com não-indígenas. Esse tipo de população eu creio que só existe no Brasil e numa parte da Colômbia e da Venezuela, ainda.

Então, isso tem uma importância universal. Não é numérica só. Também é numérica, porque ser humano, um que seja, vale. Mas, além disso, há uma importância muito grande, do ponto de vista antropoló-

gico, do ponto de vista de todos nós. Ao discutirmos uma questão dessa natureza, nós estamos discutindo alguma coisa que tem a ver com qualquer ser humano. Ao discutirmos a preservação das culturas indígenas, não importa sobre que ser humano, seja asiático, europeu, norte-americano ou africano, o que importa é que ele está sendo, de alguma maneira, desvendado e que se constate que uma parte dessa população existe e é preservada nos seus valores ancestrais. Isso é uma grande riqueza. Acredito que não se deve deixar de mostrar isso.

E, por fim, quero lhes dizer também que existe algo que me toca muito emocionadamente: é que nós estamos assegurando a questão da terra dos Pataxó. Não só pelo assassinato covarde do Galdino, inaceitável num país que se quer civilizado, mas também porque é uma luta antiga. Eu estive na Bahia e recebi um grupo de Pataxó lá em Porto Seguro, clamando pelo que é justo. E nada pode ser mais prazeroso para quem já tem tantas dificuldades no cotidiano, que somos nós, que tomamos decisões sobre um país tão imenso como o Brasil, do que começar a corrigir certo tipo de injustiça.

Por todas essas razões, eu creio que a dança que foi aqui expressa e que manifesta alegria deve ser, agora, coroada por uma outra dança, que eu creio que se chama “a dança da vitória”. A vitória é dos indígenas.

Muito obrigado.